

## FORMAÇÃO DOCENTE SOB A EXTREMA DIREITA: A PEDAGOGIA DA IGNORÂNCIA NA ERA DA BARBÁRIE

*Teacher Education Under the Far Right: The Pedagogy of Ignorance in the Age of Barbarism*

Klívya de Cássia da Silva Nunes<sup>1</sup>

Maria Cristina dos Santos<sup>2</sup>

Valéria Moreira Rezende<sup>3</sup>

### Resumo

Desde 2016, com o golpe midiático, jurídico e parlamentar que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a extrema direita assumiu o governo e ampliou seu espaço político. Com isso aprofundou a desigualdade social no Brasil por meio de políticas econômicas que privilegiaram os interesses da burguesia e ampliaram a instabilidade social. Esse cenário impactou diretamente o campo da educação, especialmente a formação docente, a partir de iniciativas pautadas por valores conservadores, fundamentalistas e anticientíficos, promovendo uma educação marcada pelo revisionismo histórico e pela alienação política. Essa nova configuração está alinhada ao projeto neoliberal de desmonte da educação pública e de desvalorização do magistério, favorecendo a privatização do ensino e a deslegitimação dos saberes críticos. Diante disso, este artigo se orienta pela seguinte questão: como a extrema direita enfraquece a formação docente, articulando neoliberalismo, conservadorismo e anticientificismo para consolidar seu projeto político? O objetivo é refletir sobre as estratégias de enfraquecimento da formação docente adotadas a partir dessa configuração histórica. Trata-se de um ensaio teórico de natureza qualitativa, em que analisamos como a extrema direita molda políticas educacionais que aprofundam a desigualdade e limitam a capacidade de compreensão da realidade concreta por parte da população. Nesse contexto, reafirmamos a importância da escola e da formação docente comprometida com a produção e a difusão do conhecimento científico e com valores humanísticos, essenciais para a construção de uma sociedade democrática e emancipada.

**Palavras-chave:** Políticas Neoliberais. Formação de Professores. Pedagogia da Ignorância. Extrema Direita. Educação Crítica.

### Abstract

Since 2016, with the media, legal, and parliamentary coup that resulted in the impeachment of President Dilma Rousseff, the far-right took over the government and expanded its political influence. This deepened social inequality in Brazil through economic policies that favored the interests of the bourgeoisie and increased social instability. This scenario has directly impacted the field of education, especially teacher training, through initiatives guided by conservative, fundamentalist, and anti-scientific values, promoting an education marked by historical revisionism and political alienation. This new configuration is aligned with the neoliberal

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, klivia.nunes@ufu.br, Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Ituiutaba, MG, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Educação, cbezerra@ufscar.br, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos - SP

<sup>3</sup> Doutora em Educação, valeria.rezende@ufu.br, Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Ituiutaba, MG, Brasil.

project of dismantling public education and devaluing the teaching profession, favoring the privatization of education and the delegitimization of critical knowledge. Therefore, this article is guided by the following question: how does the far-right weaken teacher training, combining neoliberalism, conservatism, and anti-scientism to consolidate its political agenda? The objective is to reflect on the strategies adopted to weaken teacher training based on this historical context. This is a qualitative theoretical essay, analyzing how the far right shapes educational policies that deepen inequality and limit the population's ability to understand concrete reality. In this context, we reaffirm the importance of schools and teacher training committed to the production and dissemination of scientific knowledge and humanistic values, essential for building a democratic and emancipated society.

**Keywords:** Neoliberal Policies. Teacher Education. Pedagogy of Ignorance. Far-Right. Critical Education.

## 1- Introdução

A partir de 2016, o Brasil passou a vivenciar um processo profundo de inflexão política, social e cultural, marcado pela ascensão da extrema direita ao poder. O golpe jurídico-midiático-parlamentar que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff não apenas interrompeu um ciclo democrático de políticas sociais, mas também inaugurou um projeto político-ideológico regressivo, articulado ao neoliberalismo econômico, ao conservadorismo moral, ao fundamentalismo religioso e ao negacionismo científico. Nesse cenário, a educação tornou-se alvo estratégico dessa coalizão reacionária, sendo atacada em sua função social, em seus fundamentos científicos e, sobretudo, em sua capacidade formadora de sujeitos críticos.

Entre os principais alvos desse projeto autoritário encontra-se a educação, em especial a formação docente, vista não como instância de emancipação, mas como obstáculo à reprodução ideológica da nova ordem. A desqualificação da profissão docente, a difamação dos professores, o desmonte das licenciaturas, a militarização das escolas, a propagação do revisionismo histórico e a imposição de pautas ultraconservadoras nos currículos fazem parte de um movimento coordenado de esvaziamento do papel da escola pública como espaço de construção do pensamento crítico e dos valores democráticos. Trata-se da imposição de uma Pedagogia da Ignorância, conceito que aqui utilizamos para nomear esse conjunto de ações deliberadas que buscam substituir o conhecimento científico pela opinião, o diálogo pela obediência, a diversidade pela intolerância e a crítica pela fé cega.

Nesse contexto, a formação de professores vem sendo reconfigurada para atender aos interesses da ordem neoliberal e da extrema direita, reduzida a um processo técnico, instrumental e ideologicamente domesticado. Em lugar de formar educadores capazes de compreender e transformar a realidade, promove-se uma lógica de formação aligeirada,

padronizada e desprovida de densidade teórica, com o objetivo de formar sujeitos adaptados à lógica do capital, indiferentes à injustiça social e submissos às narrativas hegemônicas.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as estratégias de enfraquecimento da formação docente operadas pela extrema direita no Brasil contemporâneo, articuladas à racionalidade neoliberal, ao anticomunismo, ao fundamentalismo religioso e ao negacionismo científico, consolidando um projeto formativo regressivo e antidemocrático. Trata-se de uma análise de natureza teórica e qualitativa, fundamentada em autores como Frigotto (2017), Saviani (1986, 2000, 2013), Duarte (2011), Harvey (2000, 2008), Iasi (2011), e outros, que contribuem para desvelar a lógica ideológica presente nas atuais políticas educacionais.

A estrutura do texto organiza-se em quatro partes. No primeiro momento, discutimos o cenário neoliberal e seus impactos sobre a educação e a formação docente. Em seguida, analisamos as políticas de formação propostas pela extrema direita e sua relação com a desinformação, a doutrinação conservadora e o revisionismo histórico. No terceiro eixo, aprofundamos o conceito de Pedagogia da Ignorância, enquanto dispositivo de controle ideológico. Por fim, reafirmamos a importância da escola e da formação docente comprometidas com os princípios de uma educação crítica, científica, democrática e emancipadora, imprescindível para resistir à barbárie e acender a esperança.

## **2- A política educacional neoliberal e a desestruturação da formação docente**

O neoliberalismo se consolidou, nas últimas décadas, como o principal paradigma político-econômico orientador das reformas estruturais em diversos países, especialmente naqueles localizados na periferia do capitalismo. No campo educacional, esse modelo produziu transformações profundas, promovendo o reordenamento do papel do Estado, a ampliação da lógica de mercado e a desestruturação progressiva das políticas públicas voltadas à formação docente. Este tópico se propõe a analisar, em dois momentos, os impactos gerais das políticas neoliberais na educação e, em seguida, suas consequências específicas sobre os processos de formação de professores, especialmente no que se refere ao esvaziamento da formação crítica, à precarização do trabalho docente e ao avanço da lógica privatista na formação de professores.

### **2.1- As políticas neoliberais e seus impactos na educação**

A partir da década de 1990, o Brasil passou a adotar o modelo neoliberal de desenvolvimento, alinhado às tendências globais. Como aponta Harvey (2008, p. 14), esse projeto se apresenta como um “antídoto para ameaças à ordem social capitalista e como solução para as mazelas do capitalismo [...]”.

Esse modelo foi amplamente promovido por organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Esses organismos passaram a pressionar pela redução do papel do Estado, pela liberalização dos mercados e pela privatização de setores estratégicos, entre eles, a educação. A diretriz fundamental era implementar ajustes estruturais que reorganizassem a economia dos países periféricos, como os da América Latina, promovendo uma política macroeconômica baseada no chamado Consenso de Washington, firmado em 1989 nos Estados Unidos.

Esse acordo estabeleceu um conjunto de medidas consideradas essenciais para a condução das políticas econômicas e sociais nos países em desenvolvimento. Entre as condicionalidades presentes nessa cartilha, Gennari (2001, p. 32) destaca: “1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; 10) propriedade intelectual”. Essas diretrizes tinham como objetivos o Estado-mínimo, a abertura máxima à importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco (Gennari, 2001) com vista à melhoria do bem-estar humano, mas na verdade visava o bem-estar dos donos do capital.

Sob essa ótica, é possível descrever as drásticas alterações que a dinâmica do capital provocou na sociedade brasileira, dada a priorização da produtividade e do lucro, manifestadas na compra da força de trabalho, na reforma institucional e na liberalização da política econômica. Todas essas medidas foram exigidas por instituições, organizações e corporações multinacionais. Nesse sentido, Ianni (1999, p. 59) argumenta que:

Os fatores da produção, ou as forças produtivas, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão do trabalho social, entre outras, passam a ser organizadas e dinamizadas em escala bem mais acentuada que antes, pela sua reprodução em âmbito mundial. Também o aparelho estatal, por todas suas agências, sempre simultaneamente políticas e econômicas, além de administrativas, é levado a reorganizar-se ou 'modernizar-se' segundo as exigências do funcionamento mundial dos mercados, dos fluxos, dos fatores da produção, das alianças estratégicas entre corporações. Daí a internacionalização das diretrizes relativas à descentralização, desregulamentação, privatização, abertura de fronteiras, criação de zonas francas.

A lógica neoliberal, segundo Harvey (2008, p. 06), propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais, desde que inseridas em uma estrutura institucional que assegure sólidos direitos de propriedade privada, livre mercado e livre comércio.

Esse projeto de desenvolvimento impactou não apenas as formas tradicionais de soberania do Estado, mas também a organização do trabalho, as relações sociais e os modos de vida e pensamento. Em poucos anos, verificou-se um aumento do trabalho precarizado, o desemprego estrutural, a terceirização e a desregulamentação das relações trabalhistas, tudo em nome da expansão do capital e da manutenção do imperialismo econômico das grandes potências mundiais (Harvey, 2008).

É importante ressaltar que o neoliberalismo resgata elementos do Liberalismo Clássico, especialmente dos séculos XVIII e XIX, que defendiam a não intervenção estatal e a primazia da economia de mercado. Macpherson (1978), citado por Azevedo (1997, p. 9), descreve essa concepção nos seguintes termos:

Com base na economia política clássica, surge a concepção da 'democracia utilitarista', postulando a 'neutralidade' do Estado. De acordo com esta teoria, cabe ao Estado o papel de guardião dos interesses públicos. Sua função é tão-somente responder pelo provimento de alguns bens essenciais, a exemplo da educação, da defesa e da aplicação das leis.

Nesse sentido, o neoliberalismo representa uma reação ideológica e política ao Estado intervencionista e ao Estado do Bem-Estar Social, tendo como principal meta a estabilidade monetária e a contenção da inflação, o que, na prática, conduziu à desestruturação dos serviços públicos. Como aponta Frigotto (1999, p. 12), com base em Anderson (1995):

[...] no retrocesso à barbárie com a exclusão das maiorias. O sucesso do neoliberalismo, como assinala Anderson, perversamente está no fato da produção de sociedades profundamente desiguais e disseminação da ideia de que não há alternativas para seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.

A ideia de que não há alternativas ao modelo neoliberal se consolidou como um discurso hegemônico, reforçado por políticas públicas que reduziram drasticamente o financiamento estatal para a educação, ampliaram as desigualdades e promoveram a privatização do ensino. Como observa Bianchetti (1999, p. 95): "[...] o marco geral que orienta as políticas para a educação é a ampliação da lógica do mercado nessa área. Essa lógica coloca a educação como um bem econômico que deve responder da mesma maneira que uma mercadoria."

A era da globalização enfraqueceu cada vez mais os estados-nacionais, dando-lhes novos formatos e funções, como o processo do desmonte dos Estados mediante o esvaziamento de suas atribuições, a desvalorização de suas moedas e a crise fiscal.

Desta forma, a determinação mais profunda deste sistema se concentra na própria essência do capitalismo: acumular, concentrar e centralizar. É nesta linha que a maioria dos países periféricos ajusta sua economia para atender às políticas expansionistas do modelo neoliberal, subordinando-se, portanto, à lógica do capital externo. Em outras palavras, estes países se curvam ao modelo de mercado internacional atual, que se torna regulador social e distribuidor de riqueza.

No contexto educacional, a adesão ao neoliberalismo significou o avanço de reformas baseadas na lógica da eficiência e da competitividade, traduzindo-se em medidas como a padronização curricular, a privatização da gestão escolar e a expansão da educação a distância como forma de reduzir os investimentos públicos.

Por trás de tal proposta existe o rolo compressor neoliberal, que tem como objetivo, de reduzir o papel do Estado frente à obrigação de financiar a educação, deixando tal responsabilidade nas mãos da sociedade civil, por um lado. Por outro lado, o Estado permanece com a proposta de centralização no que se refere à distribuição de recursos e ao monitoramento do desempenho escolar em todos os níveis de ensino.

Sob a égide dessas políticas, o Estado progressivamente se afastou de sua função de provedor de educação de qualidade, como observa Sader (1999, p. 125): “Dentre as ideias dominantes nestes tempos de hegemonia neoliberal, está a da desaparecimento do Estado nacional, o que significa, de alguma forma, a desaparecimento do Estado”, transferindo essa responsabilidade para o setor privado e para as famílias.

Nessa perspectiva as ideias neoliberais vêm adequando as reformas educacionais à lógica do mercado, provocando uma reestruturação educativa no que se refere aos campos: político, curricular, pedagógico e formação de professores. De acordo com esses pressupostos, as escolas devem seguir a lógica das empresas que visam à rentabilidade e a eficiência, em especial, conforme Gadotti (2003, p. 4): conteúdos mínimos, Redução dos benefícios dos trabalhadores da educação, centralização curricular, Descentralização das responsabilidades e municipalização e padrões de gestão mercantis da escola.

A influência neoliberal na educação consolidou um modelo de ensino voltado para o mercado, no qual a escola passou a ser vista como um espaço de formação de mão de obra qualificada, mas não de cidadãos críticos e participativos. Esse modelo afetou diretamente a formação de professores, que passou a ser tratada como um treinamento técnico, e não como um processo de construção de conhecimento e emancipação.

Essas transformações atingiram diretamente a formação docente, que passou a ser moldada por critérios mercadológicos, tecnocráticos e ideologicamente conservadores, como analisaremos a seguir.

## **2.2 - O neoliberalismo e o esvaziamento político da formação docente**

Não há mais como fazer concessões de políticas de aligeiramento na formação de professores somente para atender às demandas, através de cursos que são realizados fora das universidades, visto que estas instituições têm condições de formação vez que sua ação integra o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo assim, para uma educação mais completa

No entanto, a formação de professores foi um dos setores mais afetados pelas transformações impostas pelo neoliberalismo. A lógica mercantil impôs uma concepção de formação docente baseada na instrumentalização do ensino, priorizando competências técnicas e desconsiderando a dimensão política e social da docência.

O Banco Mundial, um dos principais promotores das políticas neoliberais na educação, passou a incentivar a descentralização da gestão educacional e a adoção de modelos de ensino técnico e padronizado. Coraggio (2000, p. 100) descreve essa estratégia da seguinte forma:

De imediato, o Banco está determinado a induzir os sistemas de educação à descentralização. Aparentemente, espera-se da descentralização que em cada distrito ou estabelecimento sejam adotados, com melhor conhecimento das condições locais, as combinações de insumos educativos mais eficientes; mas também se espera uma redução da capacidade dos interesses tradicionais (sindicatos de professores e burocratas do governo central, associações de estudantes universitários, as elites geralmente beneficiadas pelos subsídios indiscriminados) para incidir na política educativa.

Segundo o autor, na perspectiva do Banco Mundial, é melhor investir em livros didáticos do que em salários e na formação inicial dos professores, é melhor aumentar o número de alunos por sala do que dar condições dignas de trabalho para o professor; é melhor investir em educação à distância, como uma forma paliativa, do que investir em formação sólida nas Universidades.

A desvalorização da formação docente e a implementação de cursos de curta duração tornaram-se estratégias para reduzir os custos da educação e enfraquecer a autonomia dos professores. O estímulo ao ensino a distância, a fragmentação curricular e a redução do papel das universidades na formação inicial são alguns dos principais reflexos dessa política.

Esse cenário compromete a qualidade do ensino e limita a capacidade dos professores de promover uma educação crítica e transformadora. Como consequência, o papel do docente

é reduzido a um mero transmissor de conteúdos tecnicistas, sem espaço para reflexões sobre as desigualdades sociais

Dessa forma, as políticas neoliberais não apenas precarizam a educação pública, mas também comprometem a formação docente, minando as bases de uma educação sólida, crítica e transformadora.

É imperioso destacar, como aponta Bresser-Pereira (2017), que as políticas educacionais em tempos de controvérsias da extrema direita, a formação de professores, é um campo de disputa entre grupos antagônicos, que expressão os conflitos de modelo de formação humana e de sociedade, portanto, o resultado depende das relações de poder que se estabelecem na ação do Estado, suas leis e suas políticas públicas, refletem as relações de força, os objetivos comuns e os conflitos de classe existentes na nação e na sociedade civil, como veremos a seguir.

### **3- A ofensiva da extrema direita sobre a formação docente**

Para compreender as políticas de formação docente promovidas pela extrema direita, é necessário analisar os fundamentos que sustentam essa proposta. A estratégia central desse grupo envolve a propagação da ignorância e do analfabetismo científico e político, resultando em uma pseudoformação docente que pouco contribui para a humanização e emancipação dos professores e alunos.

Essa abordagem se ancora na distorção do conhecimento historicamente produzido, em práticas revisionistas e na desqualificação do ensino crítico. Adorno (1995) já alertava para a regressão civilizatória que poderia acometer a humanidade, destacando como determinados grupos promovem a alienação e o obscurantismo para reforçar estruturas autoritárias:

[...] as pessoas se encontram atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização, e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza (Adorno, 1995, p. 159).

O perigo imanente da desumanização, também, já era preocupação de Paulo Freire (1967), para quem a humanização é o ser mais e desumanização é o ser menos. De acordo com ele (1967, p. 127), “humanização e desumanização, são possibilidades históricas do homem como um ser incompleto e consciente de sua incompleticidade”, mas se a verdadeira vocação do homem é a humanização, a desumanização é a distorção da vocação. Ambas, humanização

e desumanização, fazem parte de um projeto de sociedade, sendo que a primeira liberta e a segunda desencadeia uma consciência ingênua e bárbara.

Nesse cenário de desumanização estrutural, especialmente intensificado no Brasil contemporâneo, a educação adquire papel central. Conforme afirma Saviani (2013, p. 205), trata-se de uma “atividade mediadora no seio da prática social, inserindo-se, portanto, no coração da ética e política, já que lhe cabe atuar sobre os indivíduos visando, porém, sua inserção social”.

Saviani (2013) também analisa como a sociedade atual se fundamenta em uma ética própria, moldada pelos valores concretos da vida burguesa. Assim, os ideais da Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade, expressos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, são subsumidos por valores como o individualismo, a competição e a busca incessante por lucro e acumulação. Esses elementos constituem a base da moral burguesa, que se legitima por uma ética igualmente burguesa e que sustenta uma política voltada à manutenção da ordem vigente:

são subsumidos pelos valores do individualismo, da competição da busca pelo lucro e acumulação de bens, os quais configuram a moral burguesa que tem sua justificativa teórica numa ética burguesa, erigindo-se, sobre os mesmos valores, a política burguesa. (Saviani, 2013, p. 205).

Dentre os valores da ética burguesa, a negação do conhecimento científico e seu ensino promove um ataque às escolas e a seus professores, justifica a aniquilação do ensino da ciência em benefício da pretensa pluralidade de pontos de vista (Cavazotti, 2010) – tudo isso é marcado pela desconfiança da razão. Daí a percepção de que também não se pode confiar na ciência (Saviani, 2010, prefácio).

Neste mesmo contexto, José Luis Sanfelice, em entrevista concedida ao professor Maciel e publicada na revista *Roteiro* (2021), chama atenção para o papel atomizador do pensamento pós-moderno, que esvazia o coletivo e reforça a responsabilização individual:

O pensamento pós-moderno, bastante utilitário à nova (des)ordem, condena os sujeitos à sua própria individualidade: cada um é único e exclusivamente o responsável pela própria história e condenado à sua verdade subjetiva. [...] O crescimento político dos partidos de extrema direita mostra que ainda é possível encantar sujeitos com propostas oriundas da pré-modernidade burguesa e que não se orientam por um olhar ao futuro, mas sim para o passado. Nessa questão, seria fundamental analisar o papel das mídias e das redes sociais no suporte que dão ao retorno da extrema direita. (Sanfelice apud Maciel, 2021, p.13)

Entre os pilares ideológicos que dão suporte à ascensão da extrema direita, está o obscurantismo, conceito analisado por Newton Duarte (2020), que o associa diretamente à ignorância cultivada. Para ele, trata-se de um esforço intencional para barrar o avanço do conhecimento e restringir o acesso aos saberes já consolidados:

“Há um esforço deliberado para que o conhecimento não avance ou para que as pessoas não tenham acesso aos conhecimentos já existentes” (DUARTE, 2020).

Esse projeto de desinformação, muitas vezes disseminado por meio das redes sociais, opera por meio da difusão de *fake news*, fomentando confusão, desordem mental, violência e até mortes. A ignorância, portanto, não é um acaso ou um acidente: é um instrumento político deliberado a serviço de um projeto de sociedade desigual, autoritária e desumanizadora.

Diante do exposto, é preciso destacar que a proposta da extrema direita, como a que se consolidou no Brasil a partir do golpe midiático, jurídico e parlamentar ocorrido em 2016, que culminou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, se caracteriza pela ocupação do espaço político deixado pela esquerda. Ao assumir o governo, esse grupo aprofundou a desigualdade social por meio de políticas econômicas voltadas aos interesses da burguesia e promoveu o desmonte de políticas públicas voltadas à maioria da população. Esse processo desencadeou um ambiente generalizado de incerteza, insegurança e instabilidade, enquanto colocava em circulação, como parte de seu projeto ideológico, o lema integralista de cunho religioso “Deus, Pátria e Família”, elemento que aproxima sua prática das ideias e métodos do neofascismo. Trata-se, portanto, de uma expressão de caráter destrutivo da sociedade, enraizada em uma lógica autoritária e totalitária, com traços que remontam ao nazifascismo (Frigotto, 2022).

Essa situação, estruturalmente marcada pela desigualdade social, é sustentada pelo autoritarismo sob o manto do neoliberalismo e da lógica neofascista, intensificando a polarização entre as diferentes camadas sociais. Nessa lógica, o espaço público encontra-se cada vez mais ameaçado pelo avanço do espaço privado e do interesse particular.

Marilena Chauí chama atenção para essa dinâmica ao analisar as permanências históricas da sociedade brasileira, enraizadas em sua herança colonial e escravocrata:

[...] as marcas da sociedade colonial escravista ou chamada “cultura senhoril”, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privada sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transforadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como

subjetividade de direitos alteridade. As relações, entre os que jogam iguais, são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma de opressão. (Chauí, 2001, p. 13)

Como consequência, os indivíduos são submetidos a um emaranhado de ideologias dominantes, como se fossem dominados por uma força estranha, o “Sísifo”, não compreendendo de fato o que essas propostas opressoras defendem enquanto visão de mundo, visto que eliminam da história os elementos materialistas, onde explicam o mundo por meio de suas falácias especulativas e mitológicas, não possibilitando uma transformação radical da sociedade, nem tão pouco uma práxis revolucionária, acabam por cair na “falsa consciência”, utilizada para fins de dominação e hegemonia.

No conjunto dessa discussão, a materialidade teórica, política e econômica da extrema direita assenta-se sobre um tripé: neoliberalismo, neofascismo e revisionismo. Essas três dimensões são as peças-chave no jogo ideológico dessa corrente, especialmente em sua atuação sobre o campo educacional. Diversas mídias (como Intercept Brasil, Brasil de Fato, Folha de São Paulo, O Globo, Brasil 247 e Carta de Campinas) apontaram que, entre 2019 e 2022, o governo federal buscou alterar profundamente o papel do Estado brasileiro, inclusive com propostas que descaracterizavam a Constituição Federal de 1988. Seu objetivo era promover o desmonte das instituições públicas e redirecionar as políticas sociais para interesses privatistas e autoritários.

Segundo Frigotto (2022), trata-se de um governo que conjugou estupidez, insensatez e insanidade. Como ele afirma:

A manutenção da estupidez e insensatez humana se efetiva, ao mesmo tempo, pelo desmanche da sociedade democrática e do convívio democrático e pela insanidade do fundamentalismo político e religioso. O primeiro se embasa em teses neofascistas de criminalizar os adversários para depois condená-los e aniquilá-los moral e fisicamente. [...] A insanidade se expande no fundamentalismo religioso centrado na “teologia da prosperidade” no mercado religioso. Este potencia a insanidade política pelo combate ao que denominam de ideologia de gênero e pelo combate à educação e à ciência laica, por serem entendidas como disseminadoras do mal. (Frigotto, 2022, p.120-121)

Essa articulação entre fundamentalismo e autoritarismo alimenta um narcisismo coletivo invertido, sustentado por um tripé ideológico composto por individualismo, relativismo e instrumentalismo. Tais elementos distorcem o pensamento crítico e impulsionam fantasias autoritárias, que se manifestam por meio do uso da violência simbólica e física, do

exagero, e da disseminação do ódio ao pensamento divergente. Como aponta Frigotto (2022), essa lógica impulsiona a tentativa de subordinar a ciência ao dogma religioso, bem como o Estado laico à lógica teocrática, um retrocesso que remete aos tempos medievais.

É possível pontuar, a partir do que foi exposto, que a extrema direita no Brasil, representada pelo governo de 2019 a 2022 e ainda presente nos setores conservadores do Congresso e do Senado, manifesta-se como uma expressão cínica da crise do capitalismo. Ela não representa uma afirmação orgânica do capital, mas sim uma reação ideológica que emerge nos momentos de colapso do modelo liberal-democrático. Trata-se de uma forma de deterioração da consciência social, que se desenvolve sob a égide de ideologias neofascistas e neonazistas, deslocando-se das formas democráticas do capital e mobilizando discursos regressivos.

Nesse sentido, Iasi (2022) adverte que estamos diante de uma massa social descontenta e ressentida, que, diante da ausência de uma alternativa revolucionária concreta, é capturada por discursos altamente reacionários, como o fascismo. Segundo ele, essas ideologias se sustentam na defesa de valores morais genéricos, como “Deus, Pátria e Família”, que, por serem abstratos, funcionam como “universalidades capazes de acomodar o ressentimento” e ocultar os interesses de classe que de fato representam: “Com defesa da moral – ‘Deus, Pátria, Família’, abstrações que conseguem ser universais suficientes para dar conta do ressentimento e eficientes o suficiente para esconder as particularidades dos interesses que estão ali representados” (Iasi, 2022, online).

A produção da ignorância é o alicerce dessa captura. Proctor (2020) afirma que ela é composta por elementos como apatia, censura, fé cega, esquecimento e desinformação, os quais se combinam para distorcer a ciência e ocultar a realidade concreta: “[A ignorância] tem uma substância interessante no sentido de agregar a estupidez, a apatia, a censura, a desinformação, a fé e o esquecimento, todos os quais geram a ignorância [e] distorcem a ciência” (Proctor, 2020, p. 18).

Como explica o próprio autor:

Aqui nos concentramos na ignorância – ou dúvida ou incerteza – como algo que é feito, mantido e manipulado por meio de certas artes e ciências. A ideia se presta facilmente à paranoia, ou seja, que certas pessoas não querem que você saiba certas coisas, ou que trabalharão ativamente para organizar a dúvida, a incerteza ou a informação errônea e assim ajudar a manter (sua) ignorância.

Frente a esse quadro, a proposta de formação docente elaborada pela extrema direita no Brasil revela-se como um projeto híbrido, semelhante ao ornitorrinco citado por Iasi: mistura o

irracionalismo com práticas racistas, sexistas, homofóbicas, xenofóbicas e autoritárias. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, é possível organizar esse projeto em três eixos estruturantes: cursos de Ciências Humanas, fundamentalismo religioso e contracultura, todos intimamente entrelaçados.

Um exemplo concreto dessa ofensiva é a iniciativa da produtora Brasil Paralelo, que criou cursos de formação em História, Geografia e Ciências Sociais, voltados à formação de professores. Tais cursos são orientados por uma visão distorcida da realidade, conduzindo a uma desconexão com o conhecimento historicamente produzido e reconectando os sujeitos a uma realidade paralela, ideologicamente manipulada. Ladeira (2024) afirma:

No Brasil distópico dos últimos tempos, em que a extrema direita saiu do esgoto, nada é tão ruim que não possa piorar. A péssima notícia da vez é que a produtora Brasil Paralelo – conhecida por seus revisionismos históricos, cujas fontes são “vozes da minha cabeça” – divulgou que vai financiar cursos de Geografia e Ciências Sociais para estudantes de baixa renda, com objetivo de “formar a próxima geração de professores” do país. Segundo a (delirante) linha de pensamento da Brasil Paralelo, “é proibido ser de direita nas universidades” e o ensino das escolas brasileiras é “distorcido”. (Ladeira, 2024, online)

Esses cursos operam um falseamento das Ciências Humanas e promovem a formação de uma dissonância cognitiva generalizada. A extrema direita tem se articulado, nesse sentido, na formação de uma base social organizada, com atuação coordenada nas mídias, nos espaços de poder, em alianças internacionais e, sobretudo, na ocupação da sociedade civil. Infelizmente, como observa Iasi (2022), a esquerda e os setores progressistas não têm conseguido apresentar respostas efetivas, limitando-se a propostas recicladas e descoladas do contexto atual.

A ideologia da extrema direita, segundo Iasi, se sustenta justamente na sua capacidade de ocultar os interesses materiais por trás de discursos morais, apresentando interesses particulares como se fossem universais. Trata-se de uma operação ideológica eficaz, que inverte, naturaliza e disfarça as determinações da realidade social.

Nesse processo, o revisionismo histórico ocupa papel central. Como aponta Soutelo (apud Melo, 2013, p. 58), trata-se de uma prática que, mesmo se baseando em premissas teóricas legítimas, desconsidera os contextos históricos para favorecer posições ideológicas atuais. É uma forma sutil de distorção, mais aceitável que o negacionismo direto:

Nesse sentido, também muitas interpretações revisionistas violam princípios metodológicos da historiografia em nome de propósito ideológicos – talvez o façam, no entanto, de forma mais sutil do que os negacionistas, através de

subterfúgios e confusões interpretativas que acabam por conferir-lhes uma fachada de maior respeitabilidade teórica. Todavia, a distinção entre revisionismo e negacionismo é pertinente e deve ser salientada. É adequado, portanto, considerar o negacionismo como uma variante minoritária do revisionismo histórico.

Nessa esteira de pensamento, Habermas (1989), evidencia que o revisionismo tem seus fundamentos em visão apologética, onde a alienação é inevitável e leva a “molécula social”, em meio de uma sociedade industrial coisificada, para uma visão distorcida da realidade, através da defesa de causa com justificativas de erros ocorridos transplantando a culpa para outro, em um determinado contexto histórico, no caso em tela, para os comunistas, para os gays, e tantos outros culpados, que este grupo da extrema direita, assim acharem necessários, atuando de forma a validar uma memória/narrativa de um grupo específico, de forma que o indivíduo tem de ser compensado com um sentido que funde identidade.

A partir dessa lógica, a narrativa difundida é a de que os professores, influenciados por autores como Marx, Gramsci e Paulo Freire, estariam manipulando as mentes das crianças e jovens com doutrinas comunistas. Isso justifica, aos olhos da extrema direita, projetos como a Escola Sem Partido e o *Homeschooling*, sob a acusação de que os professores “doutrinam” por abordarem temas como direitos humanos, desigualdade social, racismo, gênero e sexualidade.

Freitas e Torcato (2021) relatam esse discurso por meio da fala de Rafael Nogueira, da Brasil Paralelo<sup>4</sup>:

A História não é um patrimônio dos doutores em História. A História é um patrimônio público. Eles são uma espécie de guardiões. Se eles estão agindo mal, ou seja, se eles pegam um tesouro que é nosso, tomam para eles dizendo que “não, não é seu, é nosso”, e eles não lidam com isso de forma a nos contar essa História adequadamente, pelo contrário, eles criam narrativas para nos conduzir por caminhos que lhes interessam, então a gente tem que quebrar essa História. Bom, vocês como guardiões estão muito mal! Volte a nós esse trabalho e nós vamos tentar aí, reencaminhar. E aí no futuro, ou futuros historiadores ou o povo mesmo, decidem (Brasil Paralelo, 2019 *apud* Freitas; Torcato, 2021, p. 6).

Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi utilizada como instrumento estratégico na disputa ideológica, sobretudo ao reformular o currículo de Ciências Humanas e Sociais no Ensino Médio. Oliveira (2022) observa que a influência do movimento Escola Sem Partido nesse processo constitui uma inflexão democrática significativa na história

---

<sup>4</sup> Para conhecer o conteúdo, acesse: BRASIL PARALELO. método que distorce a história do Brasil | Rafael Nogueira. 22 de março de 2019 (00m49s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9AusF45Sjr0>

educacional brasileira. A BNCC passou a operar como ferramenta de produção da ignorância, promovendo o esvaziamento sociopolítico de temas como gênero, sexualidade, desigualdade social e relações étnico-raciais.

Além das questões já discutidas, é necessário observar que a onda crescente de ataques ao currículo, à escola e ao corpo docente tem como propósito central o esvaziamento crítico das disciplinas escolares. Oliveira (2022) adverte que esse movimento promove o afastamento de temáticas fundamentais das Ciências Humanas:

Em nossa análise, esse esvaziamento das disciplinas escolares possibilita um maior afastamento de temas historicamente centrais nas ciências sociais, como as desigualdades sociais, raciais e de gênero. O foco nas competências, após a retirada de conceitos considerados “ideológicos”, abre espaço para um maior questionamento sobre o que os professores ensinam em sala de aula, contestando-se os conteúdos que não estejam estritamente vinculados a essas habilidades e competências. Essa questão mostra-se especialmente complexa no contexto da pós-verdade, no qual há um forte questionamento sobre o trabalho pedagógico dos professores (Oliveira, 2022, p.7)

Essa política é impulsionada por agentes conservadores ligados ao Movimento Escola Sem Partido, à bancada da bíblia, da bala e do agronegócio, setores extremistas que sustentam a ideia de que a escola é um espaço de doutrinação comunista. Para esses grupos, a escola pública corrompe a “visão ingênua” das crianças e jovens, sendo, portanto, um ambiente inadequado para os filhos das “pessoas de bem”. Em sua lógica, não cabem temáticas como ideologia de gênero, crítica ao capitalismo, desigualdade social e direitos humanos.

Esse processo não apenas marginaliza os conteúdos progressistas, como também camufla os termos críticos sob uma retórica ambígua. Como ressalta Oliveira (2022, p. 9), o termo “desigualdade” aparece pontualmente na BNCC, sobretudo nos anos iniciais, mas perde centralidade na formação do Ensino Médio: A sociedade capitalista, por exemplo, ao mesmo tempo em que propõe a centralidade de sujeitos iguais, constrói relações econômicas que produzem e reproduzem desigualdades no corpo social.

A proposta da BNCC, portanto, atua como um dispositivo que reorganiza o currículo com o objetivo de promover uma outra realidade: a-histórica, despolitizada, descontextualizada. Cria-se, assim, uma pseudoformação, que impede os estudantes de desenvolverem uma leitura crítica da materialidade concreta. Ainda segundo Oliveira, mesmo reconhecendo que a área de Ciências Humanas e Sociais é composta por disciplinas como Filosofia, Geografia, História e Sociologia, a BNCC não aponta conteúdos específicos, nem estabelece obrigatoriedade para seu ensino, impactando inclusive os livros didáticos e a formação docente.

Trata-se de uma operação ideológica ampla, inserida no que Dip e Franzen (2024, p. 4) identificam como “guerra cultural”:

Existem numerosas redes de extrema direita em todo o país, que por sua vez são conectadas a redes internacionais, muitas vezes completamente subestimadas pela mídia. Um desses projetos é o “Formação Conservadora”, fundado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente, em abril de 2023. De acordo com o site, o curso é 100% online, com conteúdos de áudio e vídeo e custa R\$ 598,80. A meta é “retomar todo o espaço que foi ocupado pela esquerda: política, universidades, escolas, comunidades locais”. [...] De acordo com o seu próprio comunicado, o objetivo da plataforma online é formar líderes e preparar conservadores para a “guerra cultural”.

Esse tipo de iniciativa, longe de ser inofensiva, é a materialização de um projeto de “burrice programada”, como alertado por Frigotto (apud Herminda; Lira, 2020), cujos efeitos não devem ser subestimados. Há um esforço deliberado para reconfigurar a consciência coletiva, substituindo o conhecimento crítico por narrativas míticas e moralistas. Iasi (2022, online) pontua a importância de se questionar as formas de acumulação do capital no Brasil e como elas se expressam na exploração da classe trabalhadora. A ignorância, nesse contexto, torna-se um instrumento estratégico para garantir a reprodução da ordem vigente.

Ao lado deste pensamento, é preciso entender os fundamentos que esta proposta está ligada, que para a Iasi (2022, online), a questão central é: Quais são as formas atuais de acumulação do capital no Brasil, como isso se expressa na exploração da classe trabalhadora? Portanto, a chave é, qual é a substância que se expressa nessas propostas que traz no seu bojo a ignorância para a formação das novas gerações de professores?

O que está posto para a formação docente é a substituição do trabalho pedagógico crítico por um fazer técnico e alienado. O professor, coisificado, transforma o produto intelectual de seu trabalho em algo estranho a si mesmo, um processo de alienação pedagógica. Como afirmam Silva et al. (2014, p. 416):

A luta no capitalismo é sua reprodução ampliada num estágio altamente desenvolvido das forças produtivas e do ser social, no qual a desigualdade e a miséria não são determinações colocadas pelo intercâmbio do homem com a natureza, mas condição para reprodução da ordem do capital.

Essa alienação cria um ambiente simbólico no qual o senso comum ganha força para reconfigurar o mundo real como pseudorrealidade. O resultado é a produção de uma subjetividade alienada, narcísica e paranoica, incapaz de compreender a totalidade da experiência histórica. Isso tem impacto direto na formação do psiquismo social, sobretudo

quando se internaliza a crença de que a ideologia do capital é natural, inevitável e, de certa forma, desejável.

Trata-se de um projeto de formação humana cuidadosamente articulado para conservar a ignorância como método de dominação. Como observa Frigotto (2022, p. 118): “a guerra cultural contra a diversidade, o pensamento divergente e marcada pelo negacionismo da ciência e pelo fundamentalismo religioso, político e do mercado”.

No centro desse processo está o “sintoma do indivíduo semicultivado”, como identificaram Adorno e Horkheimer (1985). Para eles, esse sujeito transforma tudo que não compreende em delírio paranoico. Bueno (2010, p. 306) amplia essa crítica: “A similitude entre paranoia e semiformação reproduz as condições geradoras do fascismo, pois consagra a “educação para a ignorância”, à qual não é estranho o delírio persecutório voltado contra os mais frágeis da hierarquia social”.

O ressentimento, assim, se torna um combustível para o fascismo, impedindo o indivíduo de perceber as determinações históricas e materiais de sua própria condição. Basta, como diz Bueno, que um “coletivo de ressentidos” se una em torno de ideais redentores, proclamados por um líder carismático.

Portanto, o projeto da extrema direita para a formação de professores opera com base em uma visão de mundo fantasiosa, idealista, marcada por um retorno a valores pré-modernos e autoritários. Em vez de promover a consciência crítica, sua proposta dissolve o real em versões místicas da realidade. Como alertam Marx e Engels (2007), trata-se da substituição da produção concreta da vida por ideias deslocadas da realidade, que impedem os indivíduos de compreender que são, eles mesmos, sujeitos históricos de sua existência, reproduzindo uma representação ilusória do real.

#### **4- Políticas de formação docente no contexto da barbárie: entre a negação do saber e a produção da ignorância**

A Pedagogia da Ignorância, conforme a compreendemos neste texto, está ancorada no lema “aprender a aprender”, associado às bases da escola nova e reconfigurado sob a égide da pós-modernidade. Essa pedagogia desloca o eixo do processo educativo para o imediatismo do cotidiano e para a espontaneidade descomprometida com o conhecimento sistematizado. O objetivo não é formar criticamente ou aprofundar a compreensão da realidade, mas consumir informações fragmentadas e superficiais, sem historicidade e sem vínculo com os problemas sociais concretos. Tal lógica sustenta as políticas curriculares voltadas à formação humana sob

a lógica da alienação, e serve à manutenção da estupidez, insensatez e insanidade produzidas pelo fundamentalismo político e religioso.

Trata-se de uma pedagogia embebida em paranoia, ressentimento e semiformação, como analisa Bueno (2010). Segundo ele, esse formato de conhecimento está marcado pela incapacidade do sujeito de estabelecer uma relação dialética com o objeto do saber. A paranoia cognitiva assume, então, o lugar do pensamento reflexivo:

O comportamento do sujeito cognoscente que repele sistematicamente uma possível via de mão dupla, por meio da qual as mediações frente ao objeto poderiam ser compreendidas e superadas, recebe o nome adequado, face ao acúmulo sistemático de barbárie e do horror produzidos por sua autarquia ilusória: paranoia. O ato de conhecer que somente se contenta com a permanente instrumentalização dos homens e das coisas e sua subsunção inflexível ao valor de troca apresenta notável homologia com o comportamento paranoico que, obsessivamente, repete a escravidão frente à ideia fixa. (Bueno, 2010, p.301)

Esse tipo de formação, para Bueno, produz um conhecimento subordinado aos imperativos do capital, frequentemente travestido de ciência, mas regado de negacionismo e controvérsia. Assim, a pedagogia da ignorância transforma o sujeito em homem-objeto, negando-lhe a possibilidade de pensamento crítico. Como alerta Freire (1999), essa lógica converte a educação em um mecanismo de adaptação e conformismo. E, como reforça Bueno (2010, p. 302) “os potenciais críticos e emancipadores da cultura, que deveriam lapidar a formação do sujeito autônomo, dão lugar à semiformação, que o prepara para a aceitação passiva da identidade entre cultura e adaptação, entre conhecimento e dominação totalitária”.

Nesse sentido, a escola estatal, mesmo sem proclamar diretamente esses objetivos, torna-se o espaço da formação para o controle e a alienação. A ignorância passa a ser estratégia política, como bem resume Sanfelice: “A escola desqualificada é uma resposta ‘elegante’ que inclui, excluindo.” (Sanfelice apud Maciel, 2021, p. 7)

Ao impedir a população de desenvolver o pensamento científico, essa pedagogia favorece a perpetuação do poder por parte dos setores dominantes. A educação de qualidade, voltada à formação científica, passa a ser privilégio de poucos; para os demais, restam as migalhas de um ensino alienante, técnico, vazio de crítica e reprodutor da ordem vigente.

A pedagogia da ignorância se estrutura, portanto, como uma forma educativa funcional ao capital, baseada na não-ciência, na dúvida programada e na erosão dos referenciais históricos. Como lembra Sanfelice (apud Maciel, 2021, p. 9), “se sabemos que a sociedade capitalista é inconsertável, temos que saber que a educação estatal burguesa também o é.”

Essa pedagogia forma sujeitos cientificamente analfabetos e politicamente subservientes, cuja visão de mundo é construída por meio de *fake news*, mitos moralistas e discursos religiosos fundamentalistas. Freire (1999, p. 36) contrapõe essa lógica ao que denomina educação para a liberdade: “Uma ‘educação’ para a ‘domesticação’, para a alienação, e não uma educação para a liberdade. Educação para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito”.

Essa forma de pedagogia se expressa nas diversas correntes hegemônicas da educação atual, como a pedagogia do “aprender a aprender”, herdeira da escola nova e do construtivismo, mas hoje revestida por elementos do pensamento neoliberal. Para Duarte (2001), trata-se de uma pedagogia que, mesmo com roupagem inovadora, reforça o conformismo, a adaptação e o produtivismo.

Saviani (2013) aprofunda essa crítica, ao afirmar que essa nova pedagogia é resultado da transição do fordismo ao toyotismo, promovendo a “pedagogia da exclusão”:

[...] expressam-se no neoprodutivismo, nova versão da teoria do capital humano que surge em consequência das transformações materiais que marcam a passagem do fordismo ao toyotismo, determinando uma orientação educativa que se expressa na “pedagogia da exclusão”. Em correspondência, o neoescolanovismo retoma o lema “aprender a aprender” como orientação pedagógica. Essa reordena, pelo neoconstrutivismo, a concepção psicológica do sentido de aprender como atividade construtiva do aluno, por sua vez objetiva no neotecnicismo, enquanto forma de organização das escolas por parte de um Estado maximizar os resultados dos recursos aplicados na educação. (Saviani, 2013, p.441)

Diante disso, Sanfelice (apud Maciel, 2021, p. 15) defende que é necessário desmascarar esse adversário, a burguesia e seu humor insano, e ocupar os espaços institucionais e populares: grêmios, conselhos escolares, câmaras legislativas, associações de pais e sindicatos. Segundo ele: “Não se trata de salvar a escola estatal burguesa, mas de educar este espaço para que se torne de domínio dos interesses das classes trabalhadoras e demais não burgueses”.

A luta, portanto, é pela transformação da sociedade e pela emancipação de homens e mulheres. Como afirma Saviani (2013, p. 26): “Obviamente porque é preciso vencer a resistência daqueles (a classe dominante) cujos interesses implicam a manutenção [...] da forma atual de sociedade.”

Nesse contexto, a escola torna-se campo de disputa: fissura do sistema, possibilidade de resistência, lugar de produção de saberes emancipadores. E é justamente por isso que os dominantes temem tanto os professores, pelo seu poder de mobilização, influência e persuasão.

Por isso, torna-se imperativo disputar o sentido da escola e da formação docente. A luta por uma política educacional voltada à classe trabalhadora passa necessariamente pela crítica ao modelo de formação alienado, produtivista e não científico que a extrema direita busca consolidar como norma.

Diante da realidade que se impõe, marcada pela ofensiva da extrema direita que elegeu a escola e a formação docente como palco privilegiado de disputa ideológica, torna-se urgente retomar a defesa do direito ao conhecimento. Michael Young (2010; 2016) afirma que o acesso ao conhecimento poderoso deve ser garantido a todos os alunos, pois ele possui potencial emancipatório e não deve ser privilégio das elites.

Nessa perspectiva, é fundamental compreender a centralidade da escola na formação humana, especialmente no campo das disputas ideológicas. Para crianças oriundas de lares desfavorecidos, a escola pode representar a única oportunidade real de acesso ao saber sistematizado, que lhes permita romper com as amarras de suas condições locais e particulares. A extrema direita compreende esse potencial transformador e por isso atua para neutralizá-lo. Como já discutido, a proposta curricular contida na BNCC, orientada pela experiência imediata dos alunos e esvaziada de conteúdos estruturantes, tende a mantê-los exatamente no lugar em que estão, sem ampliar sua visão de mundo ou sua compreensão crítica da realidade.

Contra essa lógica rebaixadora, Saviani (1986, p. 36) adverte:

[...] retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais.

Diante disso, cabe aos professores conhecerem e desmascarar os adversários com os quais se está lutando. Esse processo exige, mais do que denúncia, a compreensão teórica e crítica da realidade concreta, o que implica uma formação fundamentada na práxis. Como nos ensinou Marx (2003, p. 248), o concreto não é o dado imediato da experiência sensível, mas a síntese de múltiplas determinações que só pode ser alcançada pelo pensamento reflexivo: “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade na diversidade.”

Compreender a realidade, portanto, exige ir além das aparências. A abstração do concreto, ou seja, sua explicação teórica, não está apartada das contradições de classe: ela é parte ativa da luta social. Reconhecer isso é fundamental para que a formação docente não se

resuma à repetição de práticas e saberes naturalizados, mas se constitua como um processo de formação crítica, política e historicamente situada.

## **5- Considerações finais**

Este artigo buscou lançar luz sobre um dos fenômenos mais alarmantes do cenário educacional contemporâneo brasileiro: a ofensiva coordenada da extrema direita contra a formação docente, a escola pública e o conhecimento crítico. A partir de um percurso teórico que articulou categorias como neoliberalismo, fundamentalismo, anticiência e pedagogia da ignorância, demonstrou-se que a educação vem sendo instrumentalizada como campo de disputa ideológica e convertida em espaço de propagação da barbárie, sob o disfarce da modernização, da pluralidade ou da neutralidade pedagógica.

A formação docente, em particular, tem sido alvo prioritário desse projeto regressivo. Não se trata apenas de desvalorizar a profissão docente do ponto de vista simbólico ou salarial, mas de reconfigurar estruturalmente a função social da docência, reduzindo-a à execução de tarefas técnicas, à submissão à lógica dos resultados e à reprodução de valores conservadores e antidemocráticos. O que se observa é a consolidação de uma concepção de professor que deve obedecer, não pensar; aplicar, não questionar; reproduzir, não transformar. Em vez de formar sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade, as políticas formativas vigentes visam construir operadores de uma pedagogia domesticadora, funcional ao capital e à lógica do mercado.

O conceito de Pedagogia da Ignorância, tal como mobilizado neste texto, permite nomear esse processo de forma precisa e politicamente comprometida. Trata-se de uma pedagogia que nega o conhecimento historicamente produzido pela humanidade, desautoriza o pensamento científico, desacredita a história, despreza a diversidade e transforma o espaço escolar em arena de disputa moral e ideológica, sempre sob o domínio de uma epistemologia conservadora. É uma pedagogia que não nasce do erro, mas da intencionalidade política: ela é planejada, financiada e disseminada por agentes que compreendem o poder formador da escola e, por isso mesmo, desejam controlá-la.

Diante dessa realidade, não cabe à universidade, à escola ou aos professores a neutralidade. A crise da formação docente não é uma decorrência natural dos tempos; ela é a expressão de um projeto de poder, cujo centro é o controle do pensamento, a desmobilização política das massas e a naturalização das desigualdades sociais. Por isso, a defesa de uma

formação docente crítica, pública, científica, plural e humanizadora é hoje uma trincheira de resistência política.

Reafirmamos, assim, que resistir à pedagogia da ignorância é afirmar a pedagogia da consciência, do conhecimento e da libertação. É compreender que a escola pública não é apenas um lugar de ensino, mas um espaço de construção de sujeitos históricos, de fortalecimento da democracia e de disputa pelos sentidos da vida em sociedade. É nesse chão, onde se travam batalhas cotidianas entre emancipação e submissão, que professores e professoras seguem como intelectuais orgânicos da esperança, mesmo em tempos de medo, mesmo diante da barbárie.

Portanto, se a extrema direita instrumentaliza a formação docente para consolidar seu projeto autoritário, cabe aos que defendem a justiça social disputar radicalmente esse campo. A escola pública, os currículos e a formação docente não são apenas alvos de ataque, mas territórios estratégicos de resistência e reinvenção. Que este artigo contribua para o fortalecimento dessa luta, pois é nela que reside a possibilidade de uma educação verdadeiramente emancipadora e de um futuro digno para as próximas gerações.

## 6- Referências

- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- BIANCHETTI, Roberto. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **ESTADO, ESTADO-NAÇÃO E FORMAS DE INTERMEDIÇÃO POLÍTICA**. Lua Nova, São Paulo, 100: 155-185, 2017.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. Disponível em: <https://uspcaf.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/11/escrito-sobre-a-universidade.pdf>. Acessado em: 10/06/2024.
- CORAGGIO, José Luis. Propostas do Bando Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?. Trad. Mônica Corullón. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (organizadores). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- DIP, Andrea; FRANZEN, Niklas. **Curso formação conservadora**: como pensa a extrema direita brasileira? [paper eletrônico] /1. ed. -- Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2024. Disponível em: <https://cdn.brasildefato.com.br/documents/07c299df4e8848e15360fa0f82f5cbe0.pdf>. Acessado em: 22/07/2024.
- FREITAS, Jorge Luiz Maia de; TORCATO, Carlos Eduardo Martins. A Narrativa Revisionista da Produtora Brasil Paralelo e Suas Implicações na Aprendizagem Histórica. **Anais XII Encontro Perspectivas do Ensino de História. XII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História**. ISBN: 978-65-992865-1-3. Disponível em: [1645372498\\_ARQUIVO\\_52a37e1c35b9f5e835f657b58b88a27c.pdf](https://cdn.brasildefato.com.br/documents/07c299df4e8848e15360fa0f82f5cbe0.pdf) (abeh.org.br)

Acessado em: 22/07/2024

- FRIGOTTO, Gaudêncio. (2017). Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. **Boletim Técnico Do Senac**, 25(2), 30–45. Recuperado de <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/597>. Acessado em: 14/07/2024.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GENNARI, Adilson Marques. (2012). Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Revista Pesquisa & Amp; Debate**, 13(1(21)). Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029>. Acesso em: 15/07/2024
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. Tendências apoloéticas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.25, p. 16-27, 1989. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-25/#gsc.tab=0>. Acessado em 19/07/2024.
- HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton. A educação e o avanço da nova (ou extrema?) direita no Brasil: entrevista com Gaudêncio Frigotto. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–14, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.23215. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23215>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- IANNI, Octavio. A internacionalização do capital. In: **Teoria da Globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- IASI, Mauro Luíz. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- IASI, Mauro. **Live com Mauro Iasi sobre o livro Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. Fundação Diarco Reis. Transmitido em 03/11/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/D9OFF6bL7C0>. Acessado em: 19/07/2024.
- LADEIRA, Francisco Fernandes. Geografia paralela: produtora bolsonarista vai financiar próxima geração de professores. **Revista Fórum**, 2024, online. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniaio/2024/6/25/geografia-paralela-produtora-bolsonarista-vai-financiar-proxima-gerao-de-professores-161066.html>. Acessado em: 19/07/2024.
- MARTINS, Lígia Márcia. O legado do século XX para a formação de professores. IN: MARTINS, L. M., and DUARTE, N., orgs. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034-02.pdf>. Acessado em: 16/07/2024.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fonte, 2003.
- MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. In: **Marx e o Marxismo**, v.1, n.1, jul/dez 2013. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/11>. Acesso: 19/07/2024.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PROCTOR, Robert Neel. Agnotologia. **Revista de Economía Institucional**, vol. 22, n.o 42, primer semestre/2020, pp. 15-48 issn 0124-5996/e-issn 2346-2450. Disponível em:

[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0124-59962020000100015](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-59962020000100015).

Acessado em 19/07/2024.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 13. ed. Campinas, SP: Cortez Editora/ Autores Associados, 1986. 96 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 5).

SILVA, Adriana Brito da; BRITES, Cristina Maria, OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema-direita na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/>. Acessado em: 22/07/2024

YOUNG, M. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 48, set.-dez. 2011.

YOUNG, Michael, F. D. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007. Disponível em: < <http://cedes.unicamp.br> >. Acesso em 23 maio 2014.